

Processo () Parte () Advogado ()

Número ?

Único

Antigo

Execução

CDA

0090067-13.2019.8.17.200

Consultar

▼ 1º GRAU - Eletrônico

()

0090067-13.2019.8.17.2001

Orgão Julgador

Seção A da 4ª Vara Cível da Capital

Classe CNJ

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Assunto(s) CNJ

Acidente de Trânsito.

Partes

Exibir todas

Exibindo 5

AUTOR

DIEGO RAMOS DE ANDRADE

ADVOGADO(A)

PAULO ANTONIO COELHO CASTOR

REU

SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

REU

ARUANA SEGUROS S.A.

ADVOGADO(A)

RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO

Movimentações

Exibir apenas 5 últimas

Exibindo todas

13/04/2022 08:53

Arquivado Definitivamente

13/04/2022 08:53

Expedição de Certidão.

13/04/2022 08:50

Expedição de Certidão.

13/04/2022 08:44

Expedição de Certidão.

30/03/2022 15:54

Expedição de Alvará.

29/03/2022 10:24

Expedição de intimação.

07/03/2022 18:14

Proferido despacho de mero expediente

Tribunal de Justiça de Pernambuco Poder Judiciário Seção A da 4ª Vara Cível da Capital AV
DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA
BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:() Processo nº 0090067-13.2019.8.17.2001 AUTOR:
DIEGO RAMOS DE ANDRADE REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT
SA, ARUANA SEGUROS S.A. DESPACHO Expeça-se alvará na forma requerida pela parte autora
conforme petição de id n. 96091361. Após, archive-se. Baixando-se em sucessivo. RECIFE, 7 de março
de 2022 Juiz(a) de Direito

07/03/2022 10:52

Conclusos para despacho

07/03/2022 10:46

Conclusos para o Gabinete

25/02/2022 16:53

Juntada de Petição de petição

15/02/2022 11:57

Expedição de intimação.

19/01/2022 14:27

Juntada de Petição de petição

17/01/2022 12:02

Proferido despacho de mero expediente

Tribunal de Justiça de Pernambuco Poder Judiciário Seção A da 4ª Vara Cível da Capital AV
DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA
BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:() Processo nº 0090067-13.2019.8.17.2001 AUTOR:
DIEGO RAMOS DE ANDRADE REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT
SA, ARUANA SEGUROS S.A. DESPACHO Ante o trânsito em julgado da sentença, intime-se a parte
demandada para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar sobre o pedido de levantamento de alvará
requerido pela parte autora. RECIFE, 14 de janeiro de 2022 Juiz(a) de Direito

14/01/2022 13:22

Conclusos para despacho

13/01/2022 08:52

Conclusos para o Gabinete

13/01/2022 08:52

Expedição de .

04/01/2022 07:42

Juntada de Petição de liberação de alvará

29/12/2021 10:54

Juntada de Petição de petição

10/12/2021 11:01

Juntada de Petição de petição em pdf

07/12/2021 11:45

Expedição de intimação.

09/11/2021 18:18

Expedição de Alvará.

09/11/2021 11:03

Expedição de intimação.

04/10/2021 07:56

Julgado procedente o pedido

(Clique para expandir) ... vos) e R\$ 13.500,00 x 25% x 50% = 1.687,50 (hum mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), Valor indenizatório a que faz jus a parte autora. 3. DISPOSITIVO. Pelo exposto, julgo parcialmente procedente o pleito autoral com fulcro no art. 487, I do CPC, para condenar a demandada no valor de R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais), sobre o qual deve incidir juros de mora desde a citação (súmula nº 426, STJ) e correção monetária a partir do evento danoso (súmula nº 43, STJ; AgRg no AREsp 46.024/PR, Rel. Min. SIDNEI BENETI, 3ª Turma, j. 16.2.12, DJe de 12.3.12). Condeno a parte demandada nas custas/taxas judiciais, bem como em honorários advocatícios que fixo em 20% sobre o valor da condenação. Expeça-se alvará em favor do Sr. Perito. Determino que, certificado o trânsito em julgado, proceda-se com o imediato arquivamento e baixa dos autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. RECIFE, 4 de outubro de 2021 Juiz(a) de Direito

01/10/2021 09:49

Conclusos para julgamento

09/09/2021 09:18

Juntada de Petição de petição em pdf

01/09/2021 22:26

Expedição de Alvará.

23/08/2021 12:36

Expedição de intimação.

26/07/2021 13:14

Proferido despacho de mero expediente

Tribunal de Justiça de Pernambuco Poder Judiciário Seção A da 4ª Vara Cível da Capital AV

DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA

BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:() Processo nº 0090067-13.2019.8.17.2001 AUTOR:

DIEGO RAMOS DE ANDRADE REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT

SA, ARUANA SEGUROS S.A. DESPACHO R.h. Defiro o pedido contido na petição de ID nº 67741144.

Expeça-se alvará em favor do perito para levantamento dos valores referentes aos honorários periciais comprovadamente depositados, conforme guia de ID nº 77609024. Após, considerando que o feito se

encontra maduro para julgamento, tendo as partes apresentado, inclusive, manifestação acerca do laudo pericial, determino a conclusão dos autos para sentença, obedecendo-se a ordem cronológica, em observância ao que preceitua o art. 12 do CPC. Cumpra-se. Recife, 26 de julho de 2021. Tomás Araújo
Juiz de Direito

25/03/2021 15:30

Juntada de Petição de petição

12/11/2020 16:57

Juntada de Petição de certidão

06/11/2020 10:40

Conclusos para despacho

26/10/2020 11:26

Juntada de Petição de petição

05/10/2020 12:35

Juntada de Petição de petição

05/10/2020 12:06

Expedição de intimação.

10/09/2020 10:27

Juntada de Petição de petição em pdf

09/07/2020 02:20

Juntada de Petição de petição em pdf

03/04/2020 13:04

Expedição de intimação.

03/04/2020 13:04

Expedição de intimação.

03/04/2020 13:02

Expedição de Certidão.

25/03/2020 14:39

Proferido despacho de mero expediente

(Clique para expandir) ... e informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, em conformidade com a alínea II, § 1º, do art. 3º, da Lei 6.194/74, correlacionando o percentual do seu respectivo dano, em cada segmento corporal, esclarecendo se a repercussão do dano é residual (10%), leve (25%), média (50%), ou intensa (75%)? Com a juntada aos autos do laudo pericial, INTIME-SE, por carta com AR, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT para que, em conformidade com o compromisso firmado perante com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, consoante os termos da resposta ao Ofício nº 005/2015 –CGSRCAC, efetue, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da sua intimação, o pagamento dos honorários periciais no valor de R\$300,00 (trezentos reais), mediante depósito judicial, cujos dados se encontram nos arquivos da Secretaria desta Vara, os quais deverão constar da carta de intimação. Intimem-se e cumpra-se, como devido. RECIFE, 25 de março de 2020.
Juiz(a) de Direito

25/03/2020 10:50

Conclusos para despacho

13/03/2020 12:01

Juntada de Petição de resposta

12/03/2020 11:02

Expedição de intimação.

10/03/2020 08:17

Remetidos os Autos (devolução do CEJUSC) para Seção A da 4ª Vara Cível da Capital. (Origem:Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Recife)

10/03/2020 08:17

Audiência conciliação realizada para 10/03/2020 08:16 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Recife.

10/03/2020 08:15

Expedição de Certidão.

09/03/2020 13:52

Juntada de Petição de outros (documento)

04/03/2020 12:10

Remetidos os Autos (para o CEJUSC) para Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Recife. (Origem:Seção A da 4ª Vara Cível da Capital)

20/02/2020 11:08

Juntada de Petição de contestação

17/01/2020 07:09

Expedição de citação.

17/01/2020 07:09

Expedição de citação.

17/01/2020 07:09

Expedição de intimação.

17/01/2020 07:05

Audiência conciliação designada para 10/03/2020 08:00 Seção A da 4ª Vara Cível da Capital.

09/01/2020 12:26

Proferido despacho de mero expediente

(Clique para expandir) ... Defiro o pedido de justiça gratuita. A audiência conciliatória é necessária, posto que inexistentes os requisitos do art. 334, § 4, I e II. Assim, designo a audiência de conciliação e mediação (prevista no art. 334 do CPC/2015) para o dia 10 de março de 2020, às 8 horas da manhã. CITE-SE, pelos correios com AR, a parte demandada intimando-a para comparecer à audiência designada; e INTIME-SE a parte autora, no nome de seu advogado, por meio do Sistema PJe, para também comparecer à audiência designada. Devem as partes, ambas, comparecer, à audiência designada, sob pena de multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor da pretensão econômica ou sobre o valor da causa, a ser recolhida em favor do Estado por se tratar de ato atentatório à dignidade da Justiça (§ 8.º do art. 334). Após expedidas a citação e a intimação, deve a Diretoria Cível do 1.º Grau remeter os autos digitais à CEJUSC. RECIFE, 09 de janeiro de 2020 Juiz(a) de Direito

30/12/2019 10:09

Conclusos para decisão

30/12/2019 10:09

Distribuído por sorteio

Audiências

Clique AQUI (<https://www.tjpe.jus.br/audiencias>) para visualizar as audiências digitais gravadas para este processo.

Tribunal de Justiça de Pernambuco - www.tjpe.jus.br (<http://www.tjpe.jus.br>)